

Severo negocia para definir o que é empresa nacional

BRASÍLIA — Para garantir a aprovação do seu relatório, o Senador Severo Gomes (PMDB-SP) vem desenvolvendo intensas negociações com os diversos setores representados na Comissão da Ordem Econômica, abrindo mão de alguns pontos nas questões relativas às reformas agrária e urbana, para garantir o que considera fundamental no âmbito da política mineral, definição de empresa nacional e monopólio do petróleo e minerais estratégicos.

Severo Gomes está animado com os resultados dos entendimentos. Na questão da reforma Agrária, por exemplo, garantiu o apoio de diversos constituintes contrários a avanços nesta área, que se comprometeram a votar em favor da limitação do capital estrangeiro no País e dar maior proteção para a empresa privada nacional, em troca de não mencionar em seu trabalho o limite máximo para a propriedade rural, que seria relagada à legislação ordinária, como ocorre na atual Constituição.

Ainda neste setor, Severo Gomes conseguiu chegar a um consenso sobre a emissão imediata dos títulos de posse, outra questão muito polêmica na Subcomissão da Reforma Agrária: ele vai manter a emissão imediata pelo Incra, mas estabelece que, se a Justiça der ganho de causa ao proprietário desapropriado, o Instituto terá que ressarcir o antigo dono, pagando, em dinheiro, o valor real do imóvel.

Junto aos constituintes da Subcomissão de Questão Urbana e Transportes, o Senador paulista também já conseguiu resultados animadores. Uma maior flexibilidade na lei do usucapião e o estabelecimento de imposto progressivo para os terrenos urbanos não utilizados, garantiu a ele o apoio também de importantes lideranças para garantir a aprovação do que considera essencial no capítulo da Ordem Econômica.

Considerado como um nacionalista extremado e muito estatizante para o gosto dos setores mais conservadores, Severo Gomes disse que seu relatório vai surpreender a seus criti-

cos justamente por não conter qualquer posicionamento que possa ser considerado radical. Mas há pontos que o Senador considera fundamental para o restabelecimento de uma Ordem Econômica viável para o País e, dos quais, não abre mão. Daí, todo o trabalho de um verdadeiro "costureiro", como ele próprio definiu, para garantir a aprovação desses pontos de vista.

Entre eles, a questão do monopólio do petróleo e minerais estratégicos. Em seu relatório, Severo Gomes vai propor que além da pesquisa e lavra, também o refino e o transporte marítimo do petróleo e minerais radioativos sejam monopólio do Estado. O Relator vai manter a concessão para a iniciativa privada explorar as reservas minerais, mas vai propor a criação de um Fundo de Exaustão que obrigue às empresas o pagamento de um percentual do minério extraído para o Estado e municípios onde se encontram as reservas.

Mas o que tem trazido maiores preocupações ao Relator da Comissão da Ordem Econômica é a definição do que seja uma empresa nacional. O conceito aprovado pela Subcomissão dos Princípios Gerais é, em sua opinião, por demais elástico, e abre as portas do País à entrada indiscriminada do capital estrangeiro em detrimento da empresa privada nacional. Sua proposta será rígida e é na defesa desse princípio que ele vem negociando mais intensamente.

Até o Delfim Netto já apresentou uma emenda propondo critérios mais claros do que seja uma empresa nacional. Isto me deixou ainda mais animado, pois mostra que, como está, não satisfaz nem aos setores mais conservadores.

Segundo Severo, a proposta de Delfim se aproxima do desejado. Ele propõe que a empresa nacional, para todos os fins, seja aquela constituída e com sede no País, na forma da lei, cujo controle do capital votante pertença a brasileiro nato ou naturalizado.

Gasparian insiste em acabar com o Conselho Monetário

BRASÍLIA — Decidido a lutar pela sua proposta sobre o que convencionou chamar de "um sistema financeiro viável para os meios produtores", o Relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, Fernando Gasparian (PMDB-SP), apresentou ontem à Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças 18 emendas com todos os dispositivos do seu relatório inicial. Gasparian, entre outros pontos, insiste no tabelamento dos juros, no fim da cartapente e do Conselho Monetário Nacional e na proibição de instituições financeiras estrangeiras captarem depósitos no Brasil.

Gasparian inicia ainda esta semana a publicação de uma série de matérias pagas nos jornais defendendo seus pontos-de-vista. Segundo o Deputado, desde que apresentou o seu relatório, vem recebendo diversas manifestações de apoio às suas propostas de diferentes setores da sociedade, inclusive por parte dos chamados segmentos conservadores.

— A extinção da carta-patente e a limitação aos bancos estrangeiros na captação de recursos no Brasil obtiveram excelente repercussão — disse.

Diante do novo calendário fixado pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, dando mais 48 horas para a apresentação e votação dos relatórios finais, a Comissão de Tributos alterou, também, seu calendário. Ficou acertado ontem que o Relator José Serra (PMDB-SP) apresentará um esboço de anteprojeto no

dia 6; o dia 7 será destinado à confecção de avulsos; nos dias 8 e 9 serão apresentadas novas emendas; a apreciação dessas novas propostas será nos dias 10 e 11; e, finalmente, nos dias 12, 13 e 14, haverá votação.

A poucas horas do prazo final para o recebimento de emendas nesta fase preliminar, a Comissão de Tributos já registrava 113 propostas encaminhadas pelos constituintes. Deste total, a grande maioria se constitui de emendas ao relatório da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Rendas. As emendas pretendem alterar o novo sistema tributário proposto, que privilegia as Regiões Norte e Nordeste, e foram apresentadas em sua maioria por constituintes de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Em segundo lugar está a Subcomissão do Sistema Financeiro, cujas emendas, de certa forma, repetem o relatório proposto por Gasparian. Por último estão as emendas relativas ao trabalho da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização, cujo conteúdo será diluído nas seções anteriores.

O Presidente da Comissão, Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) convidou o Secretário do Tesouro, Andrea Calabi, para fazer uma palestra hoje, às 17 horas, sobre o sistema financeiro atual e a política tributária. Amanhã, os constituintes ouvirão José Serra, que vai abordar os principais aspectos das questões pertinentes à Comissão.

Nova Carta pode fixar fidelidade partidária e punir os infratores

BRASÍLIA — A exigência de fidelidade partidária, acompanhada da previsão de punições para os infratores, deve fazer parte da nova Constituição, disse ontem o relator da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, Deputado Prisco Viana (PMDB-BA).

— Acho, entretanto, que não devemos repetir a experiência da Constituição de 67, que acabou sendo desmoralizada, porque a realidade política foi mais forte do que o seu texto — disse Prisco, referindo-se à última reunião do Colégio Eleitoral, quando vários parlamentares do PDS votaram no candidato do PMDB, Tancredo Neves, em detrimento do candidato oficial pedessista, Paulo Maluf.

Prisco revelou que, pelo anteprojeto que está elaborando, os partidos ficarão obrigados a incluir, em seus estatutos, a fidelidade partidária e normas disciplinares, deixando o seu descumprimento sujeito a penalidades. Em sua opinião, "os partidos não podem ficar indefesos e não se pode entender partidos sem disciplina".

Segundo o Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, é fundamental que a nova Constituição impeça que alguns políticos mudem de partido apenas como forma de protesto, por preterições pessoais em listas de candidatos, ou situações semelhantes.

— Os partidos não podem ser como os saloons de filmes de faroeste, cujas portas estão sempre se abrindo. Não considero saudável continuarmos num processo de quase estímulo à não-fixação partidária — disse.

A necessidade de dar espaço à negociação entre as forças políticas vai determinar a alteração — sob a forma de interpretação dada pela Mesa — do Regimento Interno da Constituinte. A modificação será feita para permitir que os pareceres dos relatores nas comissões temáticas possam

Amaral insiste na proposta da pena de morte

BRASÍLIA — A instituição de pena de morte para os crimes em que a vítima tenha perdido a vida, proposta apresentada pelo Deputado Amaral Neto (PDS-RJ) e que já havia sido rejeitada pela Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, foi relançada ontem pelo parlamentar. Desta vez, ele pede que este dispositivo constitucional, para ser efetivamente aprovado, receba o apoio da população, através de um plebiscito.

Ao justificar sua proposta, o Deputado citou pesquisa realizada pelo GLOBO, em sua edição de domingo último, cujos resultados apresentam que, de um total de 1.349 pessoas, 72% foram favoráveis à instituição da pena de morte.

A partir daí, Amaral chegou à conclusão de que o brasileiro é a favor da pena de morte, e "a Assembleia Nacional Constituinte não poderá deixar de levar em conta essa reivindicação popular".

Ao mesmo tempo, ele se justifica lembrando que a apresentação dessa proposta foi um compromisso que assumiu durante a campanha eleitoral. Seria decretada a pena de morte, segundo a proposta de Amaral Neto, "nas hipóteses de lei militar, em tempo de guerra externa, de assalto, roubo, sequestro e estupro seguidos de morte".

O plebiscito para a aprovação desse dispositivo seria realizado 120 dias depois da promulgação da nova Constituição.



Chiarelli, Saulo, Marco Maciel, Ulysses e Lourenço discutem mudanças

receber emendas e pedidos de destaques na votação.

A questão foi discutida ontem em encontro da cúpula do PFL com o Presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, mas parece ser uma aspiração generalizada: na semana passada, a abertura de prazo para emendas ao relatório já era reclamada pela "ala progressista" na polémica Comissão da Ordem Econômica.

Segundo o Presidente do PFL, Marco Maciel, Ulysses ficou de convocar a Mesa para deliberar sobre o assunto, e poderá haver dilatação dos prazos das comissões temáticas. Ele não acredita que isso venha a prejudicar os trabalhos da Comissão de Sistematização. Maciel defendeu a medida como "indispensável para democratizar o processo de elaboração da nova Constituição".

Marco Maciel disse depois da reunião que o partido considera fundamental a consolidação de partidos fortes num momento em que muitos

parlamentares se inclinam pela adoção do Parlamentarismo — embora pessoalmente prefira o Presidencialismo.

— Precisamos dar aos partidos condições de ter vida permanente e funcionar adequadamente, para que possam regular os conflitos da sociedade — afirmou.

Entre as medidas defendidas pelo PFL está, em primeiro plano, a concessão de recursos públicos aos partidos, a exigência de alguma forma de fidelidade partidária, e uso da TV condicionado ao número de parlamentares de cada sigla.

Maciel revelou, entretanto, que prefere o Parlamentarismo à adoção de um sistema misto, defendido por setores do PMDB e do PFL, e que a seu ver resultaria na formação de "um monstro híbrido".

— Formar um sistema de governo pelo transplante de dois regimes diferentes causa risco de rejeição, gera governos débeis e instituições fracas — concluiu.

Substituto de Bisol sofre críticas dos 'moderados'

BRASÍLIA — O substitutivo do Relator da Comissão da Soberania, dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, Senador José Carlos Bisol (PMDB-RS) — apresentado como subsídio ao trabalho dos constituintes — foi duramente criticado pelos "moderados" que fazem parte da Comissão. Esses constituintes reclamam que o texto apresentado pelo Relator abre a possibilidade de liberação do aborto ao dizer: "A vida intra-uterina, inseparável do corpo que a concebeu, é responsabilidade da mulher, comporta expectativa de direitos e será protegida por lei".

As críticas não param por aí. O Senador João Menezes (PFL-PA), fazendo questão de se definir como um "progressista", afirmou que a proposta de Bisol é socializante e deve ser inteiramente alterada. Para exemplificar, ele afirmou que a palavra "comunhão" logo no primeiro artigo do substitutivo tem o sentido de "comunismo". O texto apresentado pelo Relator, nessa questão, é o seguinte: "O Brasil é uma nação fundada na comunhão dos brasileiros, irmanados num povo independente e livre, que constrói sua sociedade segundo sua índole e a determinação de sua vontade".

O Deputado José Mendonça de Moraes (PMDB-MG), ao analisar a proposta de que "a constituição de família pelo casamento ou por união estável" será baseada na igualdade entre o homem e mulher, se disse preocupado com a possibilidade de esse dispositivo permitir que a "estabilidade de uniões entre homossexuais e lésbicas" seja considerada constituição de família. O Deputado, ao comentar a proposta de Bisol, disse:

Senado aprova proposta contra a Constituinte

BRASÍLIA — O Senado aprovou ontem uma proposta do Senador Alfredo Campos (PMDB-MG), permitindo aos parlamentares a apresentação de projetos-de-lei, contrariando o que havia sido suspenso por um acordo de lideranças e que alterou o regimento interno da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, adaptando-os ao funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte. No entanto, a obrigatoriedade de assinatura de dois terços dos membros do Senado dificulta a viabilidade do exercício dessa prerrogativa. Apenas o PMDB tem número suficiente para garantir essa tramitação.

Esta é a segunda vez que o regimento interno do Senado é alterado em função da Assembleia Nacional Constituinte. A primeira vez foi com o objetivo de fazer valer o acordo de liderança. Prevendo a possibilidade de que questões envolvendo a interpretação da atual Constituição sejam levantadas, o Senado Federal considerou conveniente ativar a sua Comissão de Constituição e Justiça para agirem qualquer eventualidade.

Comissão dos Poderes tem fila de emenda

BRASÍLIA — Seis horas antes do encerramento do prazo para o recebimento de emendas aos anteprojeto de suas subcomissões, a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo já havia recebido 530 emendas. Os funcionários da Comissão, diante da fila permanente dos representantes, previam que esse número poderia dobrar até a meia-noite.

Em geral, as emendas apresentadas não alteram substancialmente os textos dos anteprojeto das Subcomissões do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário e Ministério Público. Um grande número, porém, visa ao aperfeiçoamento do sistema neoparlamentarista de Governo proposto pelo Relator.

Um dos constituintes a apresentar um maior número de emendas foi o Senador Itamar Franco (PL-MG). Entre as principais propostas apresentadas, ele propõe a fixação do mandato do atual Presidente da República em quatro anos. A mesma emenda foi apresentada pelo Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que também tem propostas definindo os mandatos presidenciais, a partir de Sarney, em cinco anos.

Uma inovação pretendida pelo Senador Itamar Franco é que considere impedido o Presidente da República que for acometido de distúrbio cardio-vascular ou síndrome neurológica, ou, ainda, esteja privado de suas funções intelectuais por enfermidade ou uso de medicamentos.

Em relação ao sistema parlamentarista de Governo, duas emendas merecem destaque. Os Deputados Érico Pegoraro (PFL-RS) e Genebaldo Corrêa (PMDB-BA), apesar de serem de partidos diferentes, apresentaram propostas com conteúdo semelhante: ambos querem que, a vigorar o parlamentarismo, os Ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica não sejam passíveis de moção de desconfiança.

Constituintes prestam contas em Pernambuco

RECIFE — Numa iniciativa sem precedentes, quatro deputados federais do PMDB de Pernambuco foram ontem ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Recife para prestar contas das suas atuações na Assembleia Nacional Constituinte.

A exposição dos constituintes, que acabou se transformando em entrevista coletiva, reuniu cerca de 30 jornalistas. Dos quatro — Luiz Freire, Wilson Campos, Maurílio Ferreira Lima e Osvaldo Lima Filho — apenas o primeiro defendeu cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney, argumentando que a Constituinte deve fixar um prazo de duração de mandato igual para todos os Presidentes.

— Como defendo cinco anos, sem direito à reeleição, e acho que a eleição de Presidente da República não deve coincidir com o pleito municipal — explicou Luiz Freire — defendendo cinco anos para o Presidente Sarney.

O Deputado Maurílio Ferreira Lima, que também defende cinco anos, mas só para os futuros Presidentes, acha que a Constituinte deve fixar quatro anos de mandato para Sarney nas disposições transitórias da próxima Constituição. Ele disse que tendo sido oposição durante mais de 20 anos, não acha nada de mais o PMDB defender a coincidência das eleições presidenciais com as eleições municipais para se beneficiar da forte estrutura partidária de que é detentor em todo o País.

Já o Deputado Wilson Campos foi mais direto em sua justificativa sobre o mandato de Sarney: "Vou votar pelos quatro anos", disse ele, "porque esse era o compromisso do Presidente Tancredo Neves. Não tenho voto para vender e sim para pagar as promessas que fiz ao povo em praça pública. O meu voto é pelos quatro anos, aconteça o que acontecer".

Osvaldo Lima Filho tem a mesma opinião. Ele acha que a Constituinte deve fixar um mandato de quatro anos para o Presidente da República, porque as diretas em 1988 constitui hoje "uma aspiração da grande maioria do povo brasileiro".



Bisol (à esquerda), ao lado do Deputado Mário Assad